

MUNICÍPIO DE MORA

Conta de gerência de 2021

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Município de Mora

Balço em 31 de Dezembro de 2021

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	23.588.211,93 €	23.087.023,28 €
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	3	47.197,12 €	71.780,28 €
Ativos biológicos			
Investimentos Participações financeiras	9	225.607,50 €	238.143,25 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Cientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos	18	486.675,07 €	525.839,98 €
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos		- €	- €
Outras contas a receber		118.494,31 €	156.986,50 €
		24.466.185,93 €	24.079.773,29 €
Ativo corrente			
Inventários	10	175.620,10 €	197.959,63 €
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	585.136,62 €	354.296,46 €
Cientes, contribuintes e utentes	18	148.014,65 €	63.151,70 €
Estado e outros entes públicos	18	302.130,73 €	238.464,38 €
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	18	542.971,89 €	950.770,43 €
Diferimentos	29	161.558,41 €	66.425,06 €
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	11	3.731.038,62 €	3.339.032,91 €
		5.646.471,02	5.210.100,57
Total do ativo		30.112.656,95	29.289.873,86
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	30	30.305.672,53 €	30.305.672,53 €
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas	30		
Resultados transitados	30	- 11.465.140,08 €	- 11.184.794,13 €
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido	30	8.290.599,16 €	7.897.386,25 €

Município de Mora

Balço em 31 de Dezembro de 2021

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
Resultado líquido do período	30	216.289,65 €	- 280.345,95 €
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		27.347.421,26 €	26.737.918,70 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15		
Financiamentos obtidos	25	736.356,69 €	938.180,71 €
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		736.356,69 €	938.180,71 €
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18	525.839,98 €	562.219,08 €
Fornecedores	18	162.786,73 €	187.611,41 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18		
Estado e outros entes públicos	18	121.668,46 €	38.468,83 €
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	25	201.840,61 €	210.862,41 €
Fornecedores de investimentos	18	112.918,92 €	55.119,02 €
Outras contas a pagar	18	548.070,71 €	559.493,70 €
Diferimentos	29	355.753,59 €	- €
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		2.028.879,00	1.613.774,45
Total do Passivo		2.765.235,69	2.551.955,16
Total do Património Líquido e Passivo		30.112.656,95	29.289.873,86

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

RUBRICAS	NOTAS		PERÍODO	
			2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	14/21	+	780618,98	907051,04
Vendas	13/21	+	300525,23	286614,14
Prestações de serviços e concessões	13/21	+	456589,02	374092,14
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		+/-		4644134,55
Transferências e subsídios correntes obtidos	13/21	+	5001629,73	167593,22
Variações nos inventários da produção		+/-		
Trabalhos para a própria entidade		+	367430,31	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10/22	-	-376424,93	-264202,54
Fornecimentos e serviços externos	22,00	-	-1890262,46	-1768567,75
Gastos com pessoal	22/23	-	-3111411,11	-2975134,39
Transferências e subsídios concedidos	22/24	-	-396825,72	-339021,51

RUBRICAS	NOTAS		PERÍODO	
			2021	2020
Prestações sociais		-	-1000,00	-1000,00
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9/10.	+/-	0,00	-4426,88
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		+/-		
Provisões (aumentos/reduções)		+/-		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		+/-		
Aumentos/reduções de justo valor		+/-		
Outros rendimentos e ganhos	21,00	+	1298742,34	587090,62
Outros gastos e perdas	22,00	-	-560171,99	-89347,23
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento			1869439,40	1524875,41
Gastos/reversões de depreciação e amortização		+/-	-1652909,16	-1804850,74
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		+/-		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)			216530,24	-279975,33
Juros e rendimentos similares obtidos		+		4,07
Juros e gastos similares suportados		-	-240,59	-374,69
Resultado antes de impostos			216289,65	-280345,95
Imposto sobre o rendimento				
Resultado líquido do período			216289,65	-280345,95
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe				
Interesses que não controlam				

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	NOTAS		Períodos	
			31-12-2021	31-12-2020
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>				
Recebimentos de clientes		+	769.203,69	655.482,36
Recebimento de contribuintes		+	787.612,04	845.802,19
Recebimentos de transferências e subsídios correntes			5.010.142,83	4.635.230,73
Recebimento de utentes		+	12.050,07	12.359,33
Pagamentos a fornecedores		-	-2346765,83	-2109351,23
Pagamentos ao pessoal		-	-3042517,50	-2929383,67
Pagamentos de transferências e subsídios		-	-382068,26	-340128,42
Pagamentos de prestações sociais			-1000,00	-1000,00
Caixa gerada pelas operações		+/-	806657,04	769011,29
Outros recebimentos / pagamentos		+	-17767,59	15094,18
		-		
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(a)	+/-	788889,45	784105,47
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>				
Pagamentos respeitantes a:		-		
Activos fixos tangíveis		-	-1854629,35	-758714,68
Activos intangíveis		-	0,00	-28778,24
Propriedades de investimento				

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		31-12-2021	31-12-2020
Investimentos financeiros	-	-6268,86	0,00
Outros ativos	-		
Recebimentos provenientes de:		0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	+	15858,00	118000,00
Ativos intangíveis	+		
Propriedades de investimento	+	297808,53	303688,32
Investimentos financeiros	+		
Outros ativos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Transferências de capital	+	1361434,35	1163271,33
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(b)	-185797,33	797466,73
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	0,00	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	+	0,00	
Cobertura de prejuízos	+	0,00	
Doações	+	0,00	
Outras operações de financiamento	+		3,05
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	-210845,82	-219356,49
Juros e gastos similares	-	-240,59	-417,36
Dividendos	-	0,00	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	-	0,00	
Outras operações de financiamento	-	0,00	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(c)	-211086,41	-219770,80
Variação de caixa e seus equivalentes	(a)+(b)+(c)	392005,71	1361801,40
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	3339032,91	1977231,51
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	3731038,62	3339032,91
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3339032,91	1977231,51
- Equivalentes a caixa no início do período		3322316,06	1925208,11
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		16716,85	52023,40
-Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		3339032,91	1977231,51
De execução orçamental		3322316,06	1925208,11
De operações de tesouraria		16716,85	52023,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3731038,62	3339032,91
- Equivalentes a caixa no fim do período		3695718,11	3322316,06



MORA

MUNICÍPIO

RUBRICAS			NOTAS	Períodos	
				31-12-2021	31-12-2020
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa				35320,51	16716,85
- Variações cambiais de caixa no fim do período					
= Saldo da gerência seguinte				3731038,62	3339032,91
De execução orçamental				3695718,11	3322316,06
De operações de tesouraria				35320,51	16716,85

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital/ Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	30.305.672,53 €					-11.184.794,13 €			7.897.386,25 €	- 280.345,95 €	26.737.918,70 €	- €	26.737.918,70 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												- €	- €	- €
Alterações de políticas contabilísticas		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Realização do excedente de revalorização		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Excedentes de revalorizações e respetivas variações		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências e subsídios de capital										1.136.522,23 €		1.136.522,23 €		1.136.522,23 €
Correção de erros materiais		- €	- €	- €	- €	- €		- €	- €		- €	- €	- €	- €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido							- 280.345,95 €			- 743.309,32 €	280.345,95 €	- 743.309,32 €	- €	- 743.309,32 €
	(2)	- €	- €	- €	- €	- €	- 280.345,95 €	- €	- €	393.212,91 €	280.345,95 €	393.212,91 €	- €	393.212,91 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €		216.289,65 €	216.289,65 €	- €	216.289,65 €
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)										496.635,60 €	609.502,56 €	- €	609.502,56 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital/património														
Entradas para coberturas de perdas														
Outras operações	(5)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(1)+(2)+(3)+(5)	30.305.672,53 €		- €	- €	- €	- 11.465.140,08 €	- €	- €	8.290.599,16 €	216.289,65 €	27.347.421,26 €	- €	27.347.421,26 €

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

Designação: Município de Mora

Endereço: Rua do Município, 41; 7490-243 Mora

NIF: 501129103

1.2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro) – Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública.

Como forma de apoiar o processo de transição, o *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB) emitiu a Norma Internacional de Contabilidade aplicada ao Setor Público (IPSAS) 33 (1/01/2017) que versa a Adoção pela Primeira Vez da Base do Acréscimo das IPSAS que prevê, para algumas situações, a possibilidade de existência de um período de três anos para a entidade passar a publicar as suas contas em absoluta conformidade com as IPSAS.

Neste sentido e de acordo com a IPSAS 33, os dados facultados pela E-Redes relativamente aos bens concessionados e as respetivas amortizações serão contemplados nos bens patrimoniais do Município em 2022;

1.3. DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

O detalhe dos valores constantes em Caixa e Depósitos Bancários é o seguinte:

Nota 11 DESAGREGAÇÃO DA CAIXA E DEPÓSITOS

Conta	Designação	31-12-2021	31-12-2020
11.	Caixa	2.711,55 €	1.620,53 €
	Depósitos à ordem		
12.2	Depósitos bancários à ordem	3.728.327,07 €	3.337.412,38 €
	Outros depósitos		
13.2	Depósitos consignados	0,00 €	0,00 €
13.3	Depósitos de garantias e cauções	0,00 €	0,00 €
TOTAL		3.731.038,62 €	3.339.032,91 €

Para as mesmas datas, os valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

Designação	31-12-2021	31-12-2020
- Execução orçamental	3.695.718,11	3.322.316,06
- Operações de tesouraria	35.320,51	16.716,85
Saldo da gerência	3.731.038,62	€ 3.339.032,91 €

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

➤ Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

➤ Informação Comparativa

A informação comparativa foi divulgada nas demonstrações financeiras relatadas.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

➤ Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores.

➤ Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

➤ **Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

➤ **Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município de Mora, continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

➤ **Juizados de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas não foram efetuados juizados de valor.

➤ **Moeda de apresentação e notas não relevantes**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Euro, constituindo esta a moeda funcional de apresentação.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Mora ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

2.2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

2.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, adotando-se o classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Ativos intangíveis

De acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites os ativos intangíveis adquiridos, são registados ao custo de aquisição (justo valor na data de aquisição), deduzidos das amortizações acumuladas e imparidades.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o classificador complementar 2 (CC2).

Imparidades de ativos fixos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Inventários

Os inventários são reconhecidos pelo custo de aquisição, utilizando-se como método de custeio das saídas, o custo médio ponderado. Os inventários finais estão valorizados ao custo médio ponderado, o qual é inferior ao valor realizável líquido. Caso a quantia escriturada seja superior ao valor realizável líquido, são constituídas perdas por imparidade de forma que a quantia escriturada reflita a sua quantia recuperável.

Participações Financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

O Município de Mora seguirá o método do custo para valorização dos seus investimentos financeiros, já que no presente essa participação se cinge à participação no Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Rédito e regime do acréscimo

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal do Município de Mora, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

Observou-se o disposto nas NCP 13 e 14, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, e seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas tenham sido substancialmente resolvidas.

Transferências e subsídios

As transferências do Estado para os municípios no âmbito da Participação nos Impostos do Estado previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a que o Município tem direito são reconhecidas no património líquido as referentes a transferências de capital e como rédito as transferências correntes.

Encontram-se igualmente reconhecidas como réditos outras transferências correntes provenientes de serviços e fundos autónomos, designadamente para apoio social à inserção e emprego.

No município de Mora no exercício de 2021 não ocorreu qualquer transferência no âmbito da transferência de competências.

Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciables ou amortizável, afetação, a transação para resultados equipara -se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à imputação, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Um subsídio só é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- **Cientes e outras dívidas de terceiros**

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

- **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

- **Financiamentos bancários (empréstimos)**

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

Os juros dos financiamentos obtidos, não foram capitalizados, já que durante o período de relato não existiram investimentos em curso alavancados pelos empréstimos.

- **Periodizações**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma **provisão** é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o Município de Mora racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um **passivo contingente**, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

2.3. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Mora mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para o setor público.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

Deste modo destaca-se o seguinte:

- A continuação da situação de Pandemia causada pelo vírus COVID-19;
- A obra do novo edifício da Oficina da Criança que continua em imobilizado em curso porque é um projeto que irá avançar, apesar da alteração do projeto e localização inicialmente prevista;
- Em março de 2022 a empresa E-Redes enviou a relação dos bens concessionados e as respetivas amortizações. Estes dados deverão ser contemplados nos bens patrimoniais do Município. De acordo com a IPSAS 33, este assunto será regularizado em 2022;
- Em Abril de 2022 foram transferidas para o município competências na área da educação e está em preparação a transferência na área da saúde. Esta transferência terá influência significativa quer na estrutura, quer principalmente no orçamento municipal pela sua dimensão e pela insuficiência de verbas transferidas na sua assunção

ATIVOS INTANGÍVEIS

Nota 3

Q 3.1 - AI - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas									
Rubricas	Início do Período				Fim do Período				
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	
443 Programas de computador e sistemas de informação	197 795,35 €	126 015,07 €	0,00 €	71 780,28 €	200 780,56 €	153 583,44 €	0,00 €	47 197,12 €	
TOTAL	197 795,35 €	126 015,07 €	0,00 €	71 780,28 €	200 780,56 €	153 583,44 €	0,00 €	47 197,12 €	

Q 3.2 - AI - quantia escriturada e variações no período									
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final	
		Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diminuições		
443 Programas de computador e sistemas de informação	71 780,28	2 985,21	0,00	0,00	0,00	-27 568,37	0,00	47 197,12	
TOTAL	71 780,28	2 985,21	0,00	0,00	0,00	-27 568,37	0,00	47 197,12	

Q 3.2A - AI - desagregação das adições										
Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
443 Programas de computador e sistemas de informação	0,00	2 985,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 985,21
TOTAL	0,00	2 985,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 985,21

a) Bases de mensuração

Os ativos intangíveis adquiridos, pelo valor de 2.985,21€, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das amortizações. O valor total do ativo bruto totaliza no final do exercício 200.780,56 €.

b) Método de amortização usado

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil constante no Classificador Complementar 2. Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de amortização. Durante o exercício foram reconhecidas amortizações no valor de -.568,37 €, totalizando as amortizações acumuladas o valor de 153.583,44 €.

c) Vidas úteis ou taxas de amortização

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada

d) Valor escriturado e bens totalmente amortizados em uso

No final do exercício o valor dos ativos intangíveis era de 47.197,12€, verificando-se uma variação de 24.583,16 €.

ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

O município de Mora tem concessionado à EDP, a distribuição de energia elétrica em baixa.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nota 5

Q 5.1 - AFT - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas								
Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	430 832,99	0,00	0,00	430 832,99	434 516,96 €	- €	0,00	434 516,96
Edifícios e outras construções	9 760,97	8 227,94	0,00	1 533,03	9 760,97 €	8 710,08 €	0,00	1 050,89
Infraestruturas	36 971 751,45	28 675 258,17	0,00	8 296 493,28	37 937 788,91 €	29 418 156,18 €	0,00	8 519 632,73
	37 412 345,41	28 683 486,11	0,00	8 728 859,30	38 382 066,84	29 426 866,26	0,00	8 955 200,58
Ativos fixos em concessão								
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	1 456 273,00	0,00	0,00	1 456 273,00	1 448 132,72	0,00	0,00	1 448 132,72
Edifícios e outras construções	20 256 972,88	9 420 699,79	0,00	10 836 273,09	20 935 682,41	9 970 077,67	0,00	10 965 604,74
Equipamento básico	4 565 792,36	3 715 253,79	0,00	850 538,57	4 689 228,16	3 831 814,93	0,00	857 413,23
Equipamento de transporte	1 975 947,76	1 218 747,98	0,00	757 199,78	1 767 130,25	1 059 031,09	0,00	708 099,16
Equipamento administrativo	302 384,95	236 805,38	0,00	65 579,57	326 896,91	261 415,78	0,00	65 481,13
Outros	594 822,87	497 189,90	0,00	97 632,97	598 642,86	518 478,34	0,00	80 164,52
Ativos fixos tangíveis em curso	294 667,00	0,00	0,00	294 667,00	508 115,85	0,00	0,00	508 115,85
	29 446 860,82	15 088 696,84	0,00	14 358 163,98	30 273 829,16	15 640 817,81	0,00	14 633 011,35
TOTAL	66 859 206,23	43 772 182,95	0,00	23 087 023,28	68 655 896,00	45 067 684,07	0,00	23 588 211,93

Q 5.2 - AFT - quantia escriturada e variações no período								
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferencias internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	430 832,99 €	3 683,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	434 516,96 €
Edifícios e outras construções	1 533,03 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-482,14 €	0,00 €	1 050,89 €
Infraestruturas	8 296 493,28 €	248 808,65 €	717 819,21 €	0,00 €	0,00 €	-742 898,01 €	-590,40 €	8 519 632,73 €
	8 728 859,30 €	252 492,62 €	717 819,21 €	0,00 €	0,00 €	-743 380,15 €	-590,40 €	8 955 200,58 €
Ativos fixos em concessão								
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	1 456 273,00 €	5 450,47 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-13590,75	1 448 132,72 €
Edifícios e outras construções	10 836 273,09 €	193 465,30 €	582 097,98 €	0,00 €	0,00 €	-549 377,88 €	-96853,75	10 965 604,74 €
Equipamento básico	850 538,57 €	148 193,11 €	7 464,40 €	0,00 €	0,00 €	-147 926,11 €	-856,74	857 413,23 €
Equipamento de transporte	757 199,78 €	85 349,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-134 449,74 €	0	708 099,16 €
Equipamento administrativo	65 579,57 €	24 511,96 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-24 610,40 €	0	65 481,13 €
Outros	97 632,97 €	8 128,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-25 596,51 €	0	80 164,52 €
Ativos fixos tangíveis em curso	294 667,00 €	1 520 830,44 €	-1 307 381,59 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0	508 115,85 €
	14 358 163,98 €	1 985 928,46 €	-717 819,21 €	0,00 €	0,00 €	-881 960,64 €	-111 301,24 €	14 633 011,35 €
TOTAL	23 087 023,28 €	2 238 421,08 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 625 340,79 €	-111 891,64 €	23 588 211,93 €

Q 5.2A - AFT - desagregação das adições											
Rubricas	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transf. ou troca	Expropriação	Doação	Doação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	3 683,97	0,00									3 683,97
Infraestruturas	198 157,55	50 651,10									248 808,65
	201 841,52	50 651,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252 492,62
Ativos fixos em concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	2 450,47	3 000,00	0,00								5 450,47
Edifícios e outras construções	150 087,71	30326,98	13 050,61								193 465,30
Equipamento básico	0,00	148193,11	0,00						4 373,42		152 566,53
Equipamento de transporte	0,00	74887,20	6 088,50						0,00		80 975,70
Equipamento administrativo	0,00	24511,96	0,00						0,00		24 511,96
Outros	0,00	7629,91	0,00								7 629,91
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	1520830,44	0,00								1 520 830,44
	152 538,18	1 809 379,60	19 139,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 871,57	1 985 928,46
TOTAL	354 379,70	1 860 030,70	19 139,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 871,57	2 238 421,08

Q 5.2B - AFT - desagregação das diminuições							
Rubricas	Diminuições					Outras	Total
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou Reversão	Fusão, cisão, reestruturação			
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural							
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-590,40	-590,40
Ativos fixos em concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis							
Terrenos e recursos naturais	-13 590,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-13 590,75
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-96 853,75	-96 853,75
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-856,74	-856,74
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-13 590,75	0,00	0,00	0,00	0,00	-97 710,49	-111 301,24
TO TAL	-13 590,75	0,00	0,00	0,00	0,00	-98 300,89	-111 891,64

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2021, encontram-se registrados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceitos até àquela data, deduzido das depreciações, totalizando o valor escriturado de 23.588.211,93 €.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2021 foram registrados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, totalizando 2.238.421,08 €, sendo que 1.307.381,59 € transitaram de investimentos em curso para imobilizado firme. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de localização que a entidade espera incorrer. Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado,

somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o custo possa ser mensurado com fiabilidade.

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil dado constantes no classificador complementar 2. Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de depreciação. Durante o exercício foram imputados a gastos 1.295.501,12 € de depreciações do exercício.

Vidas úteis ou taxas de depreciação

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

c) Valor escriturado

No final do exercício o valor dos ativos fixos tangíveis era de 23.588.211,93 € verificando-se uma variação de 501.188,65 €.

A autarquia não recorreu ao conteúdo da FAQ 25 segundo a qual poderia reverter até 50% das depreciações acumuladas a 1 de janeiro de 2021.

Para estes bens irão ser desenvolvidos procedimentos subsequentes no período de transição adotado no âmbito da IPSAS 33, para identificação do período de vida útil adicional a atribuir aos ativos identificáveis.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O Município de Mora não tem ativos reconhecidos como propriedades de investimento.

IMPARIDADE DE ATIVOS

Nota 9

Q9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo	Natureza	31/12/2021		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	Gerador de caixa	€ 585 136,62	- €	€ 585 136,62
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	€ 169 027,83	€ 21 013,18	€ 148 014,65
Outras contas a receber	Gerador de caixa	€ 661 466,20		€ 661 466,20
Mercadorias	Gerador de caixa	€ 65 883,15	€ 1 404,34	€ 64 478,81
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Não gerador de caixa	€ 141 225,13	€ 30 083,84	€ 111 141,29
Investimentos financeiros	Gerador de caixa	€ 225 607,50		€ 225 607,50
Ativos fixos tangíveis	Não gerador de caixa	€ 23 588 211,93	- €	€ 23 588 211,93
Ativos intangíveis	Não gerador de caixa	€ 47 197,12	- €	€ 47 197,12

Para mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo sem rotação há mais de 24 meses foi mantida a imparidade reconhecida em exercícios anteriores, não se tendo registado qualquer variação durante o presente período de relato.

Para clientes foi igualmente mantida a imparidade reconhecida em anos anteriores, no montante de 21 013,18 €.

INVENTÁRIOS

Nota 10

A quantia recuperável dos inventários à data de 31/12/2021 e 31/12/2020, é a seguinte:

Q10.1 - Inventários

Rubricas	31/ 12/ 2021			31/ 12/ 2020		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	65 883,15 €	1 404,34 €	64 478,81 €	81 597,86	1 404,34	80 193,52
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	141 225,13 €	30 083,84 €	111 141,29 €	147 849,95 €	30 083,84 €	117 766,11 €
Matérias-primas	92 557,94 €	0,00 €	92 557,94 €	104 927,39	-	104 927,39
Matérias subsidiárias	6 461,27 €	30 083,84 €	-23 622,57 €	4 826,98	30 083,84	- 25 256,86
Embalagens	0,00 €	0,00 €	0,00 €	421,89	-	421,89
Outros materiais diversos de consumo	42 205,92 €	0,00 €	42 205,92 €	37 673,69	-	37 673,69
TOTAL	207 108,28 €	31 488,18 €	175 620,10 €	229 447,81 €	31 488,18 €	197 959,63 €

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2021 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

INVENTÁRIOS: MOVIMENTOS DO PERÍODO

Os movimentos de inventário no período expressam-se conforme segue:

Q10.2 - Inventários: movimentos do período

Rubricas	Quantia escriturad inicial	Variações							Quantia escriturad final
		Compras líquidas	Consumos/ gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras variações de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias	80.193,52	16.508,62	29.652,15				2.571,18		64.478,81
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	117.766,11	339.892,17	346.772,78		0,00	0,00		255,79	111.141,29
TOTAL	197.959,63	356.400,79	376.424,93	0,00	0,00	0,00	2.571,18	255,79	175.620,10

O quadro abaixo evidência com detalhe o CMVMC.

	2021			2020		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS.CONSUMO	Total	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS.CONSUMO	Total
Existências iniciais	81 597,86	147 849,95	229 447,81	69769,8	128 547,51	198 317,31
Compras	16 508,62	339 892,17	356 400,79	15737,24	279 631,41	295 368,65
Regularização de existências	-2 571,18	255,79	-2 315,39	0	-35,61	-35,61
Existências finais	65 883,15	141 225,13	207 108,28	81597,86	147 849,95	229 447,81
Custo das merc.vend.mat.consumidas	29 652,15	346 772,78	376 424,93	3 909,18	260 293,36	264 202,54

Rendimento de transações com contraprestação

1. Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados:

- i. Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- ii. Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- iii. Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- iv. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- v. Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

Quantia de cada categoria de rendimentos

Nota 13

Q13.1 - Rendimento de transações com contraprestação

	31/ 12/ 2021	31/ 12/ 2020
Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido
Prestações de Serviços	456 589,02	374 092,14
Venda de bens	300 525,23	286 614,14
Juros	0,00	4,07
Rendas em propriedades de investimento	300 386,60	302 682,57
Outros rendimentos	982 391,96	253 773,01
TOTAL	2 039 892,81	1 217 165,93

Os rendimentos de transações com contraprestações representam 25,53% do total de rendimentos inscritos na demonstração de resultados por natureza.

RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

1. Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos. Embora exista uma parte do rendimento obtido através de taxas, este rendimento foi igualmente incluído nas transações sem contraprestação.

Nas transações sem contraprestação com origem em transferências incluídas no património líquido, foram igualmente consideradas as transações com condições que temporariamente são igualmente reconhecidas como passivo e, por isso, se encontram reconhecidas na conta 2822.

Conforme referido no parágrafo 5º da NCP 14 o termo rendimento abrange tanto rendimentos como ganhos.

Quantia de cada categoria de rendimentos

Nota 14

Tipo de transação sem contraprestação	31-12-2021					31-12-2020				
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Fim do período		Resultados	Património Líquido	Início do período	Fim do período	
Impostos diretos	768.393,23		0,00	9.993,11		894.889,87		0,00	0,00	
Impostos indiretos	0,00		0,00	0,00		0,00		0,00	0,00	
Contribuições para sistemas de proteção social e sistemas de saúde	0,00		0,00	0,00		0,00				
			0,00	0,00						
Taxas	10.394,23		242,65	549,70		12.101,30		81,60	242,65	
Multas e outras penalidades	1.831,52		0,00	0,00		59,87		0,00	0,00	
Transferências em condição	5.001.629,73	1.026.001,00	2.495,42	2.742,96		4.644.134,55	985.920,00	908,79	2.495,42	
Transferências com condição	355.753,59	411.448,73	351.801,04	582.393,66		0,00	472.325,54	191.065,44	351.801,04	
TOTAL	6.138.002,30	1.437.449,73	354.539,11	595.679,43	0,00	5.551.185,99	1.458.245,54	192.055,83	354.539,11	0,00

O valor das transferências, assume um carácter estruturante no município de Mora.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

No município de Mora não existem processos judiciais que se encontram em curso, nem quaisquer outros

Nota 15

Não se verificaram provisões no exercício.

PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes são:

- i. Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- ii. Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Apresentam-se assim os processos judiciais em curso sobre os quais foi efetuada uma apreciação jurídica de risco, e constituídas as respetivas provisões pelos valores indicados. Relativamente aos processos onde não se verifique as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para os efeitos de divulgação dos passivos contingentes.

Não existem passivos contingentes.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Nota 17

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, registaram-se outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, que a seguir se evidenciam:

- A continuação da situação de Pandemia causada pelo vírus COVID-19;
- A nível patrimonial, a obra do novo edifício da Oficina da Criança continua em imobilizado em curso porque é um projeto que irá avançar, apesar da alteração do projeto e localização inicialmente prevista;
- Em março de 2022 a empresa E-Redes enviou a relação dos bens concessionados e as respetivas amortizações. Estes dados deverão ser contemplados nos bens patrimoniais do Município. De acordo com a IPSAS 33, este assunto será regularizado em 2022;
- De acordo com as chamadas de atenção dadas pelos Revisores Oficiais de Contas, os seguros do Município deverão ser atualizados tendo em conta o valor patrimonial dos bens segurados, Este levantamento está a ser feito para posterior consulta ao mercado;
- Está a decorrer o processo de levantamento de todos os bens patrimoniais propriedade do Município de Mora, bem como de quais estão cedidos a terceiros de modo a corrigir e legalizar todas as situações;
- Já no ano de 2022, foi emitido o visto do Tribunal de Contas para o contrato de leasing para a aquisição da viatura elétrica.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativos mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam os valores a seguir apresentados.

Ativos Financeiros

Nota

18

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2021			31.12.2020		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Devedores p/ transf.sub.emp.bonif.						
		201 - Dev. por transf. e sub. não reemb.	585 136,62		585 136,62	354 296,46		354 296,46
		Cientes, contribuintes e utentes	169 027,83	21 013,18	148 014,65	84 164,88	21 013,18	63 151,70
		211 - Clientes e/ c	132 411,89		132 411,89	62 909,05		62 909,05
		213 - Contribuintes	9 993,11		9 993,11	-		-
		214 - Utentes	549,70		549,70	242,65		242,65
		215 - Cobrança duvidosa - 219. Imparidades	26 073,13	21 013,18	5 059,95	21 013,18	21 013,18	-
		24 - Estado e out. ent. públicos	302 130,73		302 130,73	238 464,38		238 464,38
		2720+ 2721 - Dev. por acréscimos	519 500,10		519 500,10	939 834,39		939 834,39
		228+ 2713 - Adiantamentos a fornecedores	-		-	-		-
		27891 - Devedores diversos (-) 2791 Perdas p/ imparidades	141 966,10		141 966,10	167 922,54		167 922,54
		11.+ 12.+ 13. - Outros ativos financeiros	3 731 038,62		3 731 038,62	3 339 032,91		3 339 032,91
	41 Participações financeiras	225 607,50		225 607,50	238 143,25		238 143,25	
Instrumentos de patrimônio líquido								
	Subtotais	5 089 270,88	21 013,18	5 068 257,70	5 007 562,35	21 013,18	4 986 549,17	
	Totais	5 674 407,50	21 013,18	5 653 394,32	5 361 858,81	21 013,18	5 340 845,63	

O peso determinante de ativos financeiros encontra-se nas disponibilidades de caixa e seus equivalentes.

Os devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, representam os valores dos pedidos de pagamento ainda não recebidos de projetos financiados.

A execução dos projetos durante o quadro comunitário em vigor apresenta a seguinte estrutura:

Operação	Designação da Operação	Estado Candidatura	Data Estado	Custo Total Aprovado	Elegível Aprovado	Apoio Total Aprovado	Taxa de Apoio	Apoio Pago		
								Até 31/ 12/ 2020	31-12-2021	Total
ALT20-09-0560-FEDER-000014	MODERNIZAÇÃO - AC2020	Em execução	01-01-2016	1.647.261,61 €	1.642.869,41 €	36.800,27 €	2,24%	24.290,28 €	6.904,48 €	31.194,76 €
ALT20-08-2316-FEDER-000011	Parque Verde - Construção do Parque Urbano e Espaço Multusos para a Juventude	Em execução	01-01-2016	960.926,30 €	960.000,00 €	807.500,00 €	85,00%	767.125,00 €	- €	767.125,00 €
(LIFE16 ENV/PT/000411)	PROJETO LIFE ÁGUEDA - AÇÕES DE CONSERVAÇÃO E GESTÃO PARA FEMES MIGRADORES NA BACIA HIDROGRÁFICA DO VOUGA	Em execução	01-01-2016	211.924,00 €	211.924,00 €	127.154,00 €	60,00%	100.000,00 €	- €	100.000,00 €
ALT20-02-5266-FSE-000039	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	Em execução	01-01-2016	417.836,79 €	417.836,79 €	355.161,27 €	85,00%	54.823,82 €	82.246,00 €	137.069,82 €
ALT20-08-2114-FEDER-000161	Divulgação de Equipamentos Turísticos e Eventos de Carácter Cultural do Concelho de Mora e Sinalização turística para o Concelho de Mora	Em execução	01-01-2018	37.146,00 €	37.146,00 €	31.574,10 €	85,00%	17.146,20 €	- €	17.146,20 €
ALT20-08-2316-FEDER-000052	Miradouro de Mora	Em execução	01-01-2016	80.466,35 €	80.466,35 €	68.396,40 €	85,00%	57.534,38 €	- €	57.534,38 €
ALT-20-07-1203-FEDER-000024	Melhoria da Eficiência Energética dos Equipamentos Municipais - Jardim de Infância e 1º Ciclo de Pavia na Escola de Pavia	Em execução	01-01-2017	90.146,55 €	85.758,15 €	42.879,08 €	50,00%	38.901,47 €	- €	38.901,47 €
ALT-20-06-4842-FEDER-000214	Oficina Domiciliária - Aquisição de viatura e apetrechamento	Em execução	01-01-2019	42.500,00 €	42.500,00 €	42.500,00 €	100,00%	- €	33.446,52 €	33.446,52 €
ALT20-02-5673-FEDER-000014	Requalificação da Zona de Recreio da Escola de Mora	Em execução	01-01-2016	36.005,55 €	36.005,55 €	30.604,72 €	85,00%	28.707,45 €	- €	28.707,45 €
ALT20-08-2114-FEDER-000081	Valorização, promoção e desenvolvimento do património histórico e cultural de Évora e região envolvente	Em execução	01-01-2016	2.429.528,94 €	2.090.745,30 €	21.971,72 €	1,05%	2.175,00 €	- €	2.175,00 €
ALT20-08-2316-FEDER-000120	Requalificação do Edifício da Torre do Relógio - Antigo Paços do Concelho	Em execução	01-01-2020	719.129,08 €	362.351,16 €	308.003,59 €	85,00%	3.951,99 €	114.212,82 €	118.164,81 €
ALT20-02-5673-FEDER-000057	Equipamento Informático para as Escolas do Concelho	Em execução	01-01-2016	12.089,49 €	12.089,49 €	10.276,06 €	85,00%	9.762,26 €	- €	9.762,26 €
POSEUR-03-2012-FC-000801	Requalificação da ETAR de Pavia	Em execução	01-01-2016	169.213,94 €	137.572,31 €	116.936,46 €	85,00%	83.317,23 €	- €	83.317,23 €
ALT20-02-5673-FEDER-000129	Remoção de Fibrocimento das Coberturas dos Edifícios da Escola EB 2/3 em Mora	Em execução	26-07-2021	100.815,51 €	99.864,42 €	99.864,42 €	100,00%	0,00	94.871,20 €	94.871,20 €
P033317	Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior - Ações de Promoção e Valorização Turística do Interior	Encerrado	09-04-2017	66.000,00 €	66.000,00 €	59.400,00 €	90,00%	53.460,00	3.752,33 €	57.212,33 €

Os devedores por acréscimos e outros devedores desagregam-se em:

Outras contas a receber e	31/ 12/ 2021	31/ 12/ 2020
Ativo corrente		
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	508 925,65	929 259,94
- Devedores por acréscimos de rendimentos	508 925,65	929 259,94
- Outros acréscimos de rendimentos	163 802,99	597 697,94
- Impostos e taxas imputados ao período	345 122,66	331 562,00
Operações financeiras	0,00	0,00
Outros devedores	152 540,55	178 496,99
Devedores por alienação de ativos fixos	10 574,45	10 574,45
Outros devedores	141 966,10	167 922,54
Outros ativos financeiros	0,00	0,00
Totais	661 466,20	1 107 756,93

Do quadro resulta que o valor se concentra na especialização do IMI a receber em 2022 e que reporta ao exercício de 2021, e na rubrica de Outros acréscimos de rendimentos que contempla a especialização da renda de concessão da EDP, de outros impostos diretos, proveitos da venda de água, entre outros.

As participações financeiras detidas, mensuradas ao custo refletem as seguintes participações:

Participações Financeiras				
	31/ 12/ 2021	Aumento	Redução	31/ 12/ 2020
Fundo de Apoio Municipal	225 607,50			238 143,25
TOTAIS	225 607,50	0,00	0,00	238 143,25

Passivos financeiros

NCP 18

Os credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados, assumem a qualificação de financiamentos obtidos a seguir apresentados na sua agregação.

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31.12.2021			31.12.2020		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados ao custo	Credores p/ transf.sub.emp.bonif.						
		202 - Cred. por transf. e sub. não reemb.	525 839,98		525 839,98	562 219,08		562 219,08
		22 Fornecedores	162 786,73		162 786,73	187 611,41		187 611,41
		Outros passivos						
		23 - Pessoal	1 224,58		1 224,58	-		
		24 - Estado e out. ent. públicos	121 668,46		121 668,46	38 468,83		38 468,83
		271 - Fornecedores de investimentos	112 918,92		112 918,92	55 119,02		55 119,02
		2722 - Cred. por acréscimos	494 839,30		494 839,30	513 955,90		513 955,90
		.-+ 277.+ 2785.27892 - Credores diversos	52 006,83		52 006,83	45 537,80		45 537,80
		25 Financiamentos obtidos	938 197,30		938 197,30	1 149 043,12		1 149 043,12
	Subtotais	2 409 482,10		2 409 482,10	2 551 955,16		2 551 955,16	
	Totais	2 409 482,10		2 409 482,10	2 551 955,16		2 551 955,16	

É de salientar o valor de 525 839,98 € que se refere ao reconhecimento do contrato de Eficiência Energética celebrado através da CIMAC.

Os fornecedores resultam da atividade normal do Município enquanto dívidas correntes e os fornecedores de investimentos reportam às dívidas de investimento desenvolvidas.

Os credores por acréscimos e credores diversos desagregam-se de acordo com as seguintes componentes:

Outras contas a pagar	31/ 12/ 2021	31/ 12/ 2020
Passivo não corrente		
- Cauções e Garantias	33 458,02	16 691,51
Cauções	33 458,02	16 691,51
Passivo corrente		
- Credores por acréscimos de gastos		
- Remunerações a Liquidar	385 192,92	363 626,21
- Juros a liquidar e outros gastos financeiros	0,00	69,95
- Outros acréscimos de gastos	109 646,38	150 259,74
- Outros devedores e credores por transfe	0,00	0,00
- Credores por subscrições não liberadas	0,00	12 535,75
		12 535,75
- Outros credores	19 773,39	16 310,54
- Outros credores	19 773,39	16 310,54
Totais	548 070,71	559 493,70

Ao nível dos financiamentos obtidos e tal como acima foi referido agregam-se nos termos seguintes:

Financiamentos	31.12.2021			31.12.2020		
	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL
Empréstimos financiamento	201 840,61	736 356,69	938 197,30	210 862,41	938 180,71	1 149 043,12
- CGD	201 840,61	736 356,69	938 197,30	201 857,20	938 180,71	1 140 037,91
- CCAM	0,00	0,00	0,00	9 005,21	0,00	9 005,21
TOTAL	201 840,61	736 356,69	938 197,30	210 862,41	938 180,71	1 149 043,12

O horizonte temporal dos financiamentos obtidos, enquadram-se nos seguintes exercícios futuros:

ANOS	CGD
2022	201 827,51
2023	201 849,54
2024	188 313,14
2025	174 596,67
2026	85 825,52
2027	85 825,53
2028	
Totais	938 237,91

O município de Mora tem em vigor três contratos de empréstimo, sendo que durante o exercício amortizou o montante de 210.845,82 €, transitando para os exercícios futuros empréstimos com um valor em dívida de 938.197,30 €, a liquidar durante os próximos 6 períodos de relato.

Os passivos financeiros do município de Mora, que relevam para efeitos da dívida nos termos do REFALEI passaram de uma utilização de 31,9% para 28,5% da respetiva capacidade de endividamento.

Apresenta-se de seguida o apuramento da dívida total.

MODELO 14- Dívida total - Apuramento da dívida total										
Período de referência 01/ 01/ 2021 a 31/ 12/ 2021										
DÍVIDA TOTAL										
ENTIDADES	Passivo não corrente (total)	Passivo não corrente - Provisões	Passivo não corrente - Diferimen- tos	Passivo corrente (total)	Passivo corrente - Diferimen- tos	Passivo relativo ao art.º 90-A do REFALEI	Saldo final de operações de tesouraria	Fundo de Apoio Municipal	Empréstimos bancários excluídos do cálculo	Dívida Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = 1-2- 3+4-5-6-7-8- 9
Município	736.356,69	0,00	0,00	2.028.879,00	850.592,89	0,00	35.320,51	0,00		1.879.322,29
Serviços Municipalizados ¹										0,00
Serviços Intermunicipalizados ¹										0,00
Entidades intermunicipais ¹ :										0,00
CMVC										0,00
Entidades associativas municipais ¹ :										0,00
Associações de Freguesias										0,00
Associações de Municípios										0,00
Empresas locais										0,00
Empresas participadas										0,00
Cooperativas										0,00
Esclime										0,00
Fundações										0,00
Entidades de outra natureza										0,00
TOTAL										0,00

¹ Para efeitos do apuramento da dívida total não é considerada a dívida que esteja simultaneamente reconhecida na contabilidade do município e dos municípios detentores.

Por não serem conhecidos os valores das entidades que relevam para o endividamento o mapa 14 do Tribunal de Contas é apresentado apenas com os valores referentes ao município, encontrando-se o mesmo discriminado no quadro abaixo.

Capacidade de Endividamento			
Receita corrente		01/ 01/ 2020	31/ 12/ 2021
2021			6 955 626,95 €
2020		6 519 997,80 €	6 519 997,80 €
2019		6 272 073,57 €	6 272 073,57 €
2018		6 213 390,54 €	
Média		6 335 153,97 €	6 582 566,11 €
Limite		9 502 730,96 €	9 873 849,16 €
Passivo			
20.2		562 219,08 €	525 839,98 €
22.1		45 654,45 €	23 655,01 €
22.2		- €	- €
22.5		141 956,96 €	139 131,72 €
22.6		- €	- €
23.		- €	1 224,58 €
24.2		18 280,82 €	16 935,88 €
24.3		- €	- €
24.5		20 162,67 €	104 677,24 €
24.9		25,34 €	55,34 €
25.		1 149 043,12 €	938 197,30 €
27.1		55 119,02 €	112 918,92 €
27.2.2		513 955,90 €	494 839,30 €
27.5		12 535,75 €	- €
27.6		- €	- €
27.7		16 691,51 €	33 458,02 €
27.8.5		936,75 €	899,41 €
27.8.9.2		15 373,79 €	17 649,40 €
28.2.2		- €	355 753,59 €
Soma		2 551 955,16 €	2 765 235,69 €
Excecionado			
Operações Tesourari		16 716,85 €	35 320,51 €
Credores por crésimos		513 955,90 €	494 839,30 €
Diferimentos		- €	355 753,59 €
Endividamento		2 021 282,41 €	1 879 322,29 €
Margem		7 481 448,55 €	7 994 526,87 €
Margem Disponível	01/ 01/ 2021	1 496 289,71 €	
Margem Disponível	31/ 12/ 2021		1 638 249,83 €
Margem Disponível	01/ 01/ 2022		1 598 905,37 €
		31,9%	28,5%

Divulgações de partes relacionadas

Nota 20

O Município de Mora não detém participações em entidades que controla, não sendo, por isso aplicável.

Neste sentido não é igualmente aplicável a divulgação das transações entre entidades relacionadas.

Outras divulgações

ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

NOTA 30

Q 30 - Alterações no Património Líquido								
Rubricas	01/01/2021	Aumentos de património	Aplicação dos resultados	Reposição subsídios	Reconhecimento Sub	Resultado do exercício	Outros movimentos	31/12/2021
51 - Património	30 305 672,53							30 305 672,53
55 - Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
56 - Resultados transitados	(11 184 794,13)	0,00	0,00	(280 345,95)	0,00	0,00	0,00	(11 465 140,08)
- Resultados transitados De períodos anteriores	-7 354 466,54			(280 345,95)				-7 634 812,49
- Resultados transitados Regularizações	326 191,90 €						0,00	326 191,90
- Ajustamentos de transição POCAL/SNC-AP	-4 156 519,49							-4 156 519,49
57 - Ajust.em ativos financeiros	0,00						0,00	0,00
- Relacionados com o MEP								0,00
59 - Outras variações no património líquido	7 897 386,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	843 212,08	8 290 599,16
- Transferências e subsídios de capital	6 961 760,77	0,00	0,00	0,00			603 206,75	6 568 978,01
- Ativos depreciables	6 961 760,77				210 423,99		603 206,75	6 568 978,01
- Outras transferências, sub.capital	923 244,48						240 005,33	1 709 240,15
- FEF Capital	474 159,00				511 085,00		165 033,76	820 210,24
- Artº 35º, nº 3, Lei nº 73/2013	449 085,48				514 916,00		74 971,57	889 029,91
- Doações obtidas	12 381,00				0,00			12 381,00
818 - Resultados líquido do exercício	-280 345,95			280 345,95	0,00		216 289,65	216 289,65
TOTAL	26 737 918,70	0,00	0,00	0,00	0,00	216 289,65	843 212,08	27 347 421,26

As variações no património líquido no exercício de 2021, apresentam as seguintes operações:

1. Transferência do resultado líquido do período de 2020 para resultados transitados (-280.345,95 €);
2. Reconhecimento do resultado líquido do período de 2021, 216.389,65 € cuja aplicação a resultados transitados será proposta no relatório de gestão;
3. Ajustamentos em ativos financeiros, pela aplicação do MEP, não aplicável.
4. Reforço de financiamentos cujas condições foram cumpridas e reposição de financiamentos, proporcionalmente às depreciações do exercício dos ativos subjacentes com um valor líquido em outras alterações do património líquido no valor de 210.424 euros
5. Transferências de Capital (FEF e Artigo 35º) no âmbito da lei nº 73/2012, totalizaram 1.026.001 euros, valor sobre o qual foi efetuada a devida atribuição a investimentos de capital encontrando-se por especializar ao longo da vida dos investimentos o valor que permanece no património líquido, a que correspondeu um corte de 240.005 euros. É de referir que de acordo o SNCAP entram no património líquido e apenas se refletem nos resultados do exercício em função da especialização associada aos ativos depreciables nos quais constituíram fonte de financiamento.

RENDIMENTOS E GANHOS

Nota 21

Q 21 Rendimentos de Ganhos		
RENDIMENTOS E GANHOS	2021	2020
70 Impostos, contribuições e taxas	780 618,98	907 051,04
71 Vendas	300 525,23	286 614,14
72 Prestações de serviços e concessões	456 589,02	374 092,14
74 Trabalhos para a própria entidade	367 430,31	167 593,22
75 Transferências e subsídios correntes obtidos	5 001 629,73	4 644 134,55
78 Outros rendimentos	1 298 742,34	587 090,62
79 Juros, dividendos e out.rendimentos similares	-	4,07
Totais	8 205 535,61	6 966 579,78

Durante o ano de 2021 a totalidade dos rendimentos e ganhos, classificados por naturezas, ascendeu a 8.205.535,61 €.

GASTOS E PERDAS

NOTA 22

Durante o ano de 2021 a totalidade dos gastos e perdas, classificados por naturezas, ascenderam aos seguintes montantes:

GASTOS E PERDAS	2021	2020
60 Transferências e subsídios concedidos	397 825,72	340 021,51
61 Custo das merc.vend.mat.consumidas	376 424,93	264 202,54
62 Fornecimentos e serviços externos	1 890 262,46	1 768 567,75
63 Gastos com o pessoal	3 111 411,11	2 975 134,39
64 Gastos de depreciação e de amortização	1 652 909,16	1 804 850,74
65 Perdas por imparidade	0,00	4 426,88
68 Outros gastos	560 171,99	89 347,23
69 Gastos por juros e outros encargos	240,59	374,69
Totais	7 989 245,96	7 246 925,73

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

Nota 24

Q 24 Transferências e subsídios concedidos		
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	2021	2020
Transferências correntes concedidas		
- Freguesias	96 900,02	96 913,52
- Associações de Municípios	53 627,57	59 049,97
- Instituições sem fins lucrativos	110 728,48	67 010,07
- Famílias	45 273,06	28 260,99
- Prestações sociais	1 000,00	1 000,00
Subtotal	307 529,13	252 234,55
Transferências capital concedidas		
- Associações de Municípios	7 437,64	80 293,68
- Freguesias	41 512,50	7 493,28
- Instituições sem fins lucrativos	41 346,45	0,00
Subtotal	90 296,59	87 786,96
Totais	397 825,72	340 021,51

Do total das transferências correntes 31,5% foram canalizadas para as freguesias e 36% para instituições sem fins lucrativos.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nota 27

Esta componente dos gastos, durante o ano de 2021, apresenta o seguinte desenvolvimento:

Q 27 FSE

Fornecimentos e serviços externos		2021	2020
621	Subcontratos e parcerias	254 855,27	59 205,54
	- Serviços de saúde	24 080,50	0,00
	- Espaços de desporto, cultura e lazer		1 300,00
	- Serv.Recolha e Trat.Dep.Resíduos	99 796,58	0,00
	- Iluminação Pública	130 978,19	57 112,04
	- Outros		793,50
622	Serviços especializados	860 718,68	899 281,41
	- Trabalhos especializados	383 335,58	630 256,32
	- Publicidade comunicação e imagem	43 234,37	45 971,74
	- Vigilância e segurança	55 608,92	50 396,63
	- Honorários	139 489,05	20 032,85
	- Comissões	20 667,11	23 881,38
	- Conservação e reparação	189 247,54	109 785,01
	- Outros serviços especializados	29 136,11	18 957,48
623	Materiais de consumo	163 586,34	154 571,13
	- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	37 935,08	35 100,99
	- Livros e documentação técnica	416,97	0,00
	- Material de escritório	15 629,37	15 732,94
	- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	7 194,99	10 238,63
	- Material de educação cultura e recreio	0,00	0,00
	- Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	88 671,31	93 379,77
	- Outros fornecimentos e serviços	13 738,62	118,80
624	Energia e fluidos	315 951,62	395 018,29
	- Electricidade	304 863,28	384 503,67
	- Combustíveis e lubrificantes	11 088,34	10 514,62
625	Deslocações, estadas e transportes	58 391,79	45 766,23
	- Deslocações e estadas	0,00	0,00
	- Transportes de pessoal	56 737,61	44 895,74
	- Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	1 654,18	870,49
626	Serviços diversos	236 758,76	214 725,15
	- Rendas e alugueres	28 479,56	10 166,15
	- Comunicação	32 952,74	36 083,15
	- Seguros	36 541,82	34 501,75
	- Contencioso e notariado	3 269,20	7 871,80
	- Limpeza, higiene e conforto	50 854,62	40 798,67
	- Outros serviços	84 660,82	85 303,63
Totais		1 890 262,46	1 768 567,75

GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal apresentam a seguinte evolução:

Nota 23

Gastos com o pessoal	2021	2020
Remunerações Órgãos Autárquicos	182 133,34	193 888,39
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	22 415,08	0,00
Remunerações do pessoal	2 204 884,62	2 246 870,43
<i>Remuneração base</i>	1 599 661,33	1 693 377,57
- <i>Subsídios de férias</i>	160 230,73	139 394,27
- <i>Subsídios de Natal</i>	145 779,69	139 977,46
- <i>Despesas de representação</i>	4 674,96	4 674,96
- <i>Subsídio de refeição</i>	162 494,28	164 264,49
- <i>Abonos variáveis ou eventuais</i>	132 043,63	105 181,68
Encargos s/ Remunerações	597 766,37	444 024,30
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	27 072,72	22 648,00
Outros gastos com o pessoal	72 006,70	62 357,69
Outros encargos sociais	5 132,28	5 345,58
Totais	3 111 411,11	2 975 134,39

Os encargos com remunerações dos órgãos autárquicos representam 5,9 % do total dos encargos com pessoal, enquanto as remunerações do pessoal, incluindo subsídio de férias e natal tem um peso de 70,9 %.

DEPRECIações

Nota 26

Depreciações e Amortizações	2021	2020
Bens do domínio público	743 380,15	923 267,46
Edifícios e outras construções	549 377,88	572 413,62
Equipamento básico	147 926,11	144 880,30
Equipamento de transporte	134 449,74	90 829,44
Equipamento administrativo	24 610,40	24 789,50
Outros ativos fixos tangíveis	25 596,51	25 910,19
Ativos intangíveis	27 568,37	22 760,23
Totais	1 652 909,16	1 804 850,74

DIFERIMENTOS ATIVOS

Nota 29

Os diferimentos ativos, à data de 31/12/2021 e 31/12/2020, são os seguintes:

Diferimentos ativos	31/12/2021	31/12/2020
Gastos a reconhecer		
Transferências e subsídios concedidos com condições		
Eficiência Energética CP	39 164,91	36 379,10
Outros		
A reconhecer até 12 meses	122 393,50	30 045,96
Eficiência Energética MLP	486 675,07	525 839,98
Totais	648 233,48	592 265,04

DIFERIMENTOS PASSIVOS

Os diferimentos passivos, à data de 31/12/2021 são os seguintes:

Diferimentos passivos	31/ 12/ 2021	31/ 12/ 2020
Rendimentos a reconhecer	355 753,59	0,00
- Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	355 753,59	
- FEDER	355 753,59	
- Outros	0,00	
Totais	355 753,59	0,00